

## CONSIDERAÇÕES E INDICATIVOS DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE 16 DE OUTUBRO DE 2024

A Direção Nacional convocou Assembleia Nacional nesta quarta-feira (16 de outubro), para deliberação, pela categoria, de ações de mobilização para aumentar a pressão sobre o governo federal. A União está inadimplente com os Auditores-Fiscais desde 1º de agosto, quando terminou o prazo definido pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI) para instalação das mesas específicas de todas as categorias signatárias do termo de acordo salarial para 2024. O Sindifisco Nacional assinou o termo com o MGI, em reunião com o secretário de Gestão de Pessoas, José Lopez Feijóo, em 30 de abril, assim que deliberado pela categoria em Assembleia Nacional.

O MGI resiste a instalar a Mesa Específica dos Auditores, e negociar o reajuste no nosso vencimento básico, sob a justificativa – completamente equivocada – de que as negociações com a categoria já teriam sido realizadas. A tese da Secretaria de Gestão de Pessoas pretende ignorar o que foi contratado com o governo federal (referendado em dois termos de acordo que os ministérios da Fazenda e da Inovação e Gestão assinaram com os Auditores-Fiscais): a implementação do bônus de eficiência nos moldes pactuados não configura negociação salarial, mas o cumprimento do acordo de 2016.

Até agora, três reuniões com Receita Federal e Ministério da Fazenda sinalizavam avanços no propósito de engajar o secretário Robinson Barreirinhas e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na defesa, junto ao governo federal, das pautas dos Auditores. Em 17 de setembro, o Sindifisco Nacional se reuniu com a Administração da Receita para iniciar a negociação desse apoio.

Como primeiro resultado, em 2 de outubro, o próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebeu o Sindifisco Nacional e se comprometeu a levar a reivindicação da

abertura da Mesa Específica dos Auditores-Fiscais à ministra da Inovação e Gestão, Esther Dweck.

É no âmbito do Ministério da Gestão e Inovação (MGI) que a negociação da importante pauta do reajuste no vencimento básico será tratada. Estiveram presentes Direção Nacional e Mesa do CDS.

No último dia 8, o Sindifisco Nacional esteve reunido por mais de três horas com a Administração da Receita. A reunião, bastante tensa, foi interrompida, para que a RFB pudesse se reunir internamente antes de retomar a agenda com avaliação mais objetiva a respeito do apoio da Receita e do Ministério da Fazenda sobre a pauta remuneratória dos Auditores-Fiscais. A reunião seria retomada naquela mesma semana, o que não aconteceu.

No dia 10, a RF enviou um ofício dizendo que não iria retomar a reunião com o sindicato naquela semana. No ofício (disponível na íntegra em matéria publicada no site do sindicato no dia 10/10), a RF diz que solicitou ao MGI nova análise sobre as pautas dos Auditores-Fiscais a partir do “fato novo” que foi a negociação com a AGU. A Administração informou também que retomará a mesa de diálogo com os Auditores após essa reavaliação do MGI e após o resultado e deliberações desta Assembleia Nacional. O ofício contém ainda observação da RF sobre ata da Mesa do CDS referente à reunião do dia 8.

A Direção Nacional convocou, então, nova reunião com presidentes das Delegacias Sindicais e Mesa do CDS, que ocorreu no dia 14/10 pela manhã. Como se verá nas considerações e nos indicativos a seguir, o acirramento da mobilização e as ações que estão propostas nessa Assembleia para deliberação da categoria foram construídas a partir das contribuições e debates desta reunião.

**CONSIDERAÇÕES DO INDICATIVO 1** – A Direção Nacional propõe no Indicativo 1, para deliberação da categoria, a instalação dos comandos de mobilização locais,

regionais e nacional de acordo com o calendário estabelecido no **Anexo Único** destas considerações. O calendário prevê 13 dias úteis a partir do resultado desta Assembleia para a formação dos comandos locais e regionais até a instalação do Comando Nacional de Mobilização, o menor prazo possível considerando a obediência ao estatuto do Sindicato. A instalação dos comandos foi ponto consensual na discussão sobre mobilização entre Direção Nacional, Mesa do CDS e presidentes de DS na reunião realizada no dia 14/10, última segunda-feira.

Na mesma reunião, foi debatida proposta com o objetivo de evitar a contaminação da mobilização pelo processo eleitoral: vedação de participação nos comandos de mobilização de Auditores-Fiscais que concorrem nas eleições para a Direção Nacional. A Direção Nacional, entretanto, entende que não há amparo estatutário para este ou qualquer outro tipo de restrição à participação de filiados aos comandos. Como sugerido na reunião de 14/10, deixa-se consignada essa proposta apenas a título de recomendação.

A Direção Nacional trabalha incessantemente para estabelecer e avançar em negociações com o governo federal para o cumprimento dos acordos firmados com a categoria. As recentes reuniões com a Administração da RFB e com o ministro Fernando Haddad foram etapas desse caminho. No entanto, o resultado parcial dessas reuniões aponta para a necessidade de acirramento da mobilização e, possivelmente, da decretação da greve em um curto horizonte de tempo. A proposta oferecida pelo governo recentemente à AGU, e o tratamento não isonômico dispensado aos Auditores-Fiscais, estabeleceu novas condições para a evolução do nosso movimento. A instalação dos comandos é um passo concreto neste sentido.

## **A DIREÇÃO NACIONAL ENCAMINHA FAVORAVELMENTE AO INDICATIVO 1**

**CONSIDERAÇÕES INDICATIVOS 2, 3 E 4** – Conforme análise realizada no início dessas considerações, é inquestionável a necessidade de acirramento da mobilização da categoria. No entanto, é preciso construir este acirramento da mobilização desde as

bases do sindicato. Não obstante a indignação manifestada largamente após a negociação com a AGU e o tratamento não isonômico, na avaliação consensual dos Delegados Sindicais reunidos nesta segunda (14) com Direção Nacional e Mesa do CDS ainda é necessário mais tempo para alcançar maior efetividade no engajamento dos Auditores-Fiscais e acirrar o movimento até a instalação de uma greve por tempo indeterminado.

Assim, **os indicativos 2, 3 e 4** tratam de dias de paralisação (greve) nos tributos internos e na Aduana apenas para as próximas duas semanas - sem prejuízo das 24 horas de paralisação já aprovadas (no Indicativo 4 da Assembleia Nacional de 4 de outubro) para **esta quinta-feira dia 17**. Os próximos passos deverão ser discutidos na reunião virtual do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) convocada para a próxima segunda (21).

A Direção Nacional optou por oferecer alternativas para a categoria deliberar sobre a manutenção dos dias de paralisação ou não a cada semana. Assim, cada Auditor-Fiscal encontrará nos indicativos a opção que representa a sua disposição de engajamento no acirramento da mobilização.

No **Indicativo 2**, os Auditores-Fiscais poderão deliberar por dar continuidade ou não à paralisação de 24 horas iniciada essa semana. Se aprovado o **Indicativo 2**, a continuidade ocorrerá com a **paralisação de 24 horas no dia 23 de outubro**.

A paralisação da semana subsequente foi desmembrada nos **Indicativos 3 e 4**, de tal modo que os Auditores-Fiscais poderão novamente decidir por continuar ou suspender as paralisações, definição que será deliberada no **Indicativo 3**.

Se aprovado o Indicativo 3 e a continuidade das paralisações, a Assembleia Nacional decidirá, no **Indicativo 4**, se a paralisação deverá ser de **24 horas** (somente em dia 30 de outubro) ou de **48 horas** (em 29 e 30 de outubro).

Importante ressaltar que **todos os indicativos devem ser votados**, pois a validade do Indicativo 4 só será aferida após o encerramento da assembleia com a apuração nacional dos votos do Indicativo 3.

Todas as decisões das assembleias nacionais anteriores relativas à atual mobilização continuam em vigor, entre elas a **deliberação da categoria pela não participação em reuniões ou treinamentos, presenciais ou telepresenciais** (Indicativo 3 da AN de 4/10).

Da mesma forma, continuam em vigor as deliberações de Apagão na zona secundária e de Operação-Padrão na Aduana todas as terças e quartas (Indicativo 5 da AN de 4/10). No entanto, esta Assembleia Nacional está propondo o acirramento dessas ações substituindo os dias de Apagão e Operação-Padrão **por paralisações de 24 horas nos dias 23/10, 29/10 e 30/10, nos indicativos 2,3 e 4.**

Independentemente das deliberações da presente assembleia, **nesta quinta, dia 17/10, é dia de paralisação** tanto nos tributos internos quanto na Aduana. Ressaltamos, conforme consta dos indicativos, a obrigatoriedade do quantitativo mínimo de 30% de postos de trabalho em todas as unidades da RFB. Nas Aduanas, além disso, há a obrigação de se manter equipe para análise e desembaraço das cargas prioritárias definidas em lei (cargas vivas, perigosas, perecíveis, medicamentos etc.).

Para que não paire dúvidas, apresentamos abaixo a proposta de cronograma da mobilização das próximas semanas a se realizar caso os indicativos 2 e 3 sejam aprovados e, no indicativo 4, aprovada paralisação de 48 horas (Opção B):

- 22/10 - Apagão nos tributos internos e Operação-Padrão na Aduana. (Assembleia de 4/10)
- 23, 29 e 30/10 - Paralisação na zona secundária e na Aduana.

Para as ações das semanas posteriores, deverá ocorrer uma Assembleia Nacional com encaminhamentos da Direção Nacional e do CDS.

**A DIREÇÃO NACIONAL ENCAMINHA PELA APROVAÇÃO DOS INDICATIVOS 2 E 3 E, NO INDICATIVO 4, PELA PARALISAÇÃO DE 48 HORAS (OPÇÃO B).**

**INDICATIVO 5** – Este indicativo propõe à categoria deliberação sobre a recomposição do Fundo de Corte de Ponto. O Fundo de Corte de Ponto garante a remuneração do filiado durante as paralisações e greve. Isso quer dizer que todos os descontos na remuneração dos Auditores-Fiscais que aderirem às paralisações propostas nesta Assembleia serão suportados pelo Sindifisco Nacional com a utilização dos recursos do Fundo de Corte de Ponto. Por isso, faz-se necessário a recomposição e fortalecimento deste fundo permitindo que a mobilização tenha os recursos necessários para assegurar este suporte financeiro nos dias de paralisação.

A proposta submetida aqui para deliberação dos Auditores filiados prevê o desconto de três (3) parcelas de R\$ 150,00. A dedução será feita a partir da folha de novembro/24 – no pagamento em dezembro. Importante registrar que caso não seja necessário a utilização do Fundo, os recursos oriundos de contribuições extras dos filiados serão imediatamente devolvidos.

Atualmente o Fundo de Corte de Ponto possui saldo de R\$ 119.000.000,00, sendo relevante pontuar que possuímos um passivo de movimentos passados (desde o ano 2008), incluindo eventuais pendências da greve realizada em 2023 e 2024, o que pode consumir parte considerável de tais recursos. Embora a Direção Nacional esteja negociando tal passivo com a administração da RFB e com o governo, o acirramento da mobilização suspenderá as tratativas, justificando então a necessidade da recomposição proposta. **Pelo exposto acima, DIREÇÃO NACIONAL ENCAMINHA A FAVOR DO INDICATIVO 5.**

**INDICATIVO 6** - No Indicativo 6, a categoria delibera sobre o apoio ao movimento de entrega de cargos em comissão na RFB e a vedação à assunção dos cargos vagos. Essa é uma etapa importante do acirramento da mobilização e talvez a ação que tenha a possibilidade de evitar a decretação da greve por tempo indeterminado. Por isso, a Direção Nacional, na última segunda-feira (14/10), manifestou apoio e incentivou a

adesão ao Manifesto Nacional dos Delegados e Delegados-Adjuntos, que até o fechamento destas considerações já contava com mais de 160 adesões. Como dito na matéria publicada pela Direção Nacional, a adesão dos colegas Auditores detentores de cargos em comissão era um dos principais objetivos dos atos realizados nas superintendências de todo o país no dia 10 de outubro.

Durante os dois anos de mobilização pela regulamentação do bônus de eficiência, a Direção Nacional se reuniu com delegados e delegados-adjuntos de todo o país para incentivar a entrega dos cargos. Nesse atual momento de acirramento da mobilização, é importante a adesão expressiva ao manifesto nacional, que consideramos um avanço em relação às manifestações da mobilização passada, tanto em conteúdo como em adesão.

#### **A DIREÇÃO NACIONAL ENCAMINHA FAVORAVELMENTE AO INDICATIVO 6.**

A participação de Auditoras e Auditores-Fiscais ativos e aposentados é de extrema importância para que o governo compreenda a indignação da categoria e sua capacidade de mobilização. Afinal, como disse o ministro da Fazenda na reunião recente de 2/10, “se a Receita Federal não funcionar o governo não funciona”. Não iremos aceitar essa quebra de acordo e consideramos inaceitável nossa categoria ter o seu vencimento básico congelado desde 2016 – exceção aos 9% conquistados depois de muita pressão na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), em 2023. A forte mobilização da categoria é uma mensagem indiscutível de que estamos unidos e firmes nesse propósito.

#### **A DIREÇÃO NACIONAL ENCAMINHA FAVORAVELMENTE A TODOS OS INDICATIVOS**

**INDICATIVOS PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL DE 16 DE OUTUBRO DE  
2024**

Favor encaminhar o resultado por meio do Portal de Serviços.

DS: \_\_\_\_\_

Nº de Auditores-Fiscais presentes:

Ativos: \_\_\_\_ Aposentados: \_\_\_\_ TOTAL: \_\_\_\_

**Indicativo 1** – Os Auditores-Fiscais reunidos em Assembleia Nacional aprovam a instalação dos comandos locais, regionais e nacional de mobilização de acordo com o cronograma estabelecido no Anexo I.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção

**Indicativo 2** – Os Auditores-Fiscais reunidos em Assembleia Nacional aprovam **24 horas de paralisação nos tributos internos e na Aduana no dia 23 de outubro**, observando-se a obrigatoriedade de manter o quantitativo mínimo de 30% de postos de trabalho em cada unidade da RFB e de manter equipe para análise e desembaraço das cargas prioritárias, definidas em lei (cargas vivas, perigosas, perecíveis, medicamentos etc.). Os descontos na remuneração dos Auditores-Fiscais que aderirem serão suportados pelo Sindifisco Nacional com a utilização dos recursos do Fundo de Corte de Ponto.

- a) sim
- b) não
- c) abstenção

**Indicativo 3** - Os Auditores-Fiscais reunidos em Assembleia Nacional aprovam a continuidade da realização de dias paralisação para a semana de 28 de outubro a 1º de novembro.

- a) sim
- b) não
- c) abstenção

**Indicativo 4** - Se aprovado o indicativo 3, os Auditores-Fiscais reunidos em Assembleia Nacional deliberam sobre as opções A ou B abaixo descritas - observando-se a obrigatoriedade de manter o quantitativo mínimo de 30% de postos de trabalho em cada unidade da RFB e de manter equipe para análise e desembaraço das cargas prioritárias, definidas em lei (cargas vivas, perigosas, perecíveis, medicamentos etc.). Os descontos na remuneração dos Auditores-Fiscais que aderirem serão suportados pelo Sindifisco Nacional com a utilização dos recursos do Fundo de Corte de Ponto.

- a) paralisação de 24 horas, nos tributos internos e na Aduana, no dia 30 de outubro
- b) paralisação de 48 horas, nos tributos internos e na Aduana, nos dias 29 e 30 de outubro
- c) abstenção

**Indicativo 5** - Os Auditores-Fiscais reunidos em Assembleia Nacional aprovam a recomposição do Fundo de Corte de Ponto em três (3) parcelas de R\$ 150,00 a serem deduzidas na folha dos meses de novembro, dezembro de 2024 e janeiro de 2025

- a) sim
- b) não
- c) abstenção

**Indicativo 6** – Os Auditores-Fiscais reunidos em Assembleia Nacional apoiam o movimento de entrega de cargos em comissão na RFB e aprovam a vedação quanto aos Auditores-Fiscais assumirem os cargos que ficarem vagos.

- a) sim
- b) não
- c) abstenção

